



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2010

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	1
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Mundial	3
B) Economia Nacional	6
C) Economia Regional	9
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	20
B) Administração Local	27
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	33
B) Orçamento da Despesa	40
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	53
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	60
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Directa	62
B) Avals	63
VI - SECTOR PÚBLICO EMPRESARIAL REGIONAL	67



I – INTRODUÇÃO

Cumprindo o disposto na Lei de Enquadramento Orçamental da Região Autónoma dos Açores, Lei n.º 79/98 de 24 de Novembro, e demais legislação, o Governo Regional submete à aprovação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a proposta de orçamento para o ano de 2010.

Esta proposta de orçamento insere-se numa conjuntura económica internacional adversa, embora já se revelem alguns sinais de recuperação, propondo-se a mesma, contribuir para potenciar uma trajectória de crescimento sustentado na Região.

Consciente da relevância dos planos de estímulo governamentais para fortalecimento do tecido económico, o Governo Regional continua a assumir como vector prioritário o investimento público, impulsionando-o, como factor fundamental ao crescimento sustentado da Região, bem como à consolidação do desenvolvimento económico-social que tem vindo a marcar a sociedade açoriana, nos últimos anos.

Deste modo, mantendo a estratégia de consolidação das finanças públicas regionais, este orçamento continua a apostar fortemente no investimento público, ao privilegiar o crescimento económico e o aumento da competitividade da economia açoriana, assegurando, para o efeito, aos agentes económicos, a estabilidade e a confiança necessários ao incremento dos seus investimentos.



A presente proposta de orçamento atinge um valor global de 1.427,1 milhões de euros, dos quais 294,3 milhões de euros respeitam a operações extra-orçamentais.

As despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional apresentam um aumento de apenas 1,7% relativamente ao correspondente valor do ano anterior.

Esta proposta de orçamento foi elaborada nos termos definidos na Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, cumprindo, igualmente, o disposto no Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores e da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

A presente proposta de Orçamento para 2010 é, no entender do Governo Regional, o instrumento adequado para se dar continuidade ao desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores.



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

I. ENQUADRAMENTO MUNDIAL E NACIONAL

A) Economia Mundial

Os últimos dados sobre a evolução da economia mundial apontam no sentido de atenuação na intensidade do ritmo recessivo, revelando-se mesmo uma certa estabilização, mas sem entrar ainda em processo confirmado de retoma.

Aliás, os níveis esperados para as actividades económicas em 2009, nomeadamente do comércio de bens e serviços, traduzir-se-ão em taxas médias de variação anual negativas. Apenas para o ano seguinte, o de 2010, se projectam taxas médias de variação anual positivas, as quais incluem uma revisão em alta das taxas projectadas anteriormente.



Evolução da Economia Mundial
Taxa de Variação, em percentagem

	2007	2008	2009*	2010*
PIB Economia mundial	5,1	3,1	-1,4	2,5
Economias avançadas	2,7	0,8	-3,8	0,6
EUA	2,0	1,1	-2,6	0,8
Japão	2,3	-0,7	-6,0	1,7
Área do euro	2,7	0,8	-4,8	-0,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	8,3	6,0	1,5	4,7
Rússia	8,1	5,6	-6,5	1,5
China	13,0	9,0	7,5	8,5
Índia	9,4	7,3	5,4	6,5
Médio Oriente	6,3	5,2	2,0	3,7
Brasil	5,7	5,1	-1,3	2,5
Volume de comércio mundial de bens e serviços	7,2	2,9	-12,2	1,0
Economias avançadas				
Importações	4,7	0,4	-13,6	0,6
Exportações	6,2	2,0	-15,0	1,3
Economias emergentes e em desenvolvimento				
Importações	13,8	9,4	-9,6	0,8
Exportações	9,5	4,1	-6,5	1,4
Preços no consumidor				
Economias avançadas	2,2	3,4	0,1	0,9
Economias emergentes e em desenvolvimento	6,4	9,3	5,3	4,6
Variação dos preços internacionais de matérias-primas (dólares dos EUA)				
Petróleo (<i>brent</i>)	10,7	36,4	-37,6	23,1
Matérias-primas não energéticas	14,1	7,5	-23,8	2,2

*Projeções.

Fontes: Fundo Monetário Internacional.

As perspectivas de crescimento da produção situam-se mais em factores internos a determinadas economias nacionais do que na intensificação de comércio de bens e serviços em termos internacionais.

Os países das economias avançadas no seu conjunto deverão regredir 3,8% em 2009, retomando um crescimento de 0,6% no ano seguinte. Estes elementos sobre perspectivas de crescimento beneficiam de uma revisão em alta em relação às perspectivas anteriores, mas a sua intensidade de crescimento continuará inferior à da capacidade potencial já instalada.



Na zona euro, os indicadores baseados em inquéritos aos consumidores e às empresas indiciam recuperação de actividades, mas os dados relativos a produção real não revelam muitos sinais de estabilização e, provavelmente, a actividade recuperará mais lentamente do que noutras regiões.

O PIB nas economias emergentes e em desenvolvimento manterá um ritmo positivo em 2009 e intensificará o crescimento no ano seguinte, atingindo a taxa média anual de 4,7%, o que representa um nível de crescimento significativamente superior ao do comércio mundial de bens e serviços.

As pressões inflacionistas têm vindo a reduzir-se e continuarão a atenuar-se devido à fragilidade persistente na economia mundial. Os preços de petróleo registaram em termos de evolução intra-anual algum agravamento, mas o preço médio anual permaneceu a um nível inferior ao do ano anterior. Apesar de agravamento de preços em matérias-primas, a inflação mundial deverá permanecer moderada devido ao efeito redutor provocado pela capacidade de produção ainda disponível.

Acelerar o crescimento da produção potencial, sobretudo nos países avançados, é uma condição para reequilibrar a procura mundial. O ritmo da retoma dependerá do equilíbrio entre forças opostas. Os efeitos negativos decorrentes do choque financeiro, da baixa pronunciada do comércio mundial e do afundamento da confiança são cada vez menos sentidos. Mas,



pelo outro lado, as forças propícias às actividades permanecem frágeis, como o caso de mercados imobiliários que ainda não atingiram o ponto de reinício de recuperação ou o caso de balanços de bancos que ainda revelam desequilíbrios e precisam de saneamento.

Preocupações crescentes relativas à viabilidade de finanças públicas sublinham a necessidade de avançar para enquadramentos mais sólidos da política orçamental a médio prazo.

B) Economia Nacional

Num quadro de crise nos mercados financeiros internacionais e de deterioração da actividade económica mundial, a economia portuguesa registou em 2008 um crescimento nulo, em termos reais, interrompendo a evolução dos níveis de crescimento moderados, mas positivos, que se vinham registando até então. Mantendo-se um contexto de grau de incerteza significativo, e observando os dados mais recentes, estima-se uma quebra real, e expressiva, do PIB em 2009.

Efectivamente, num ambiente recessivo, as diversas componentes da procura retraem-se, particularmente as que envolvem maior risco e se encontram afectadas nas suas capacidades de estrutura.



Evolução da Economia Portuguesa
Cenário Macroeconómico

	2006	2007	2008	2009 (p)			
				MFAP	CE	BdP	OCDE
1. Despesa e PIB (variação em volume, em %)							
Consumo Privado	1,9	1,6	1,6	-1,4	-1,3	-1,8	-2,4
Consumo Público	-1,4	0,0	0,5	-0,6	0,6	1,0	0,4
Investimento (FBCF)	-0,7	3,1	-1,1	-14,1	-14,4	-14,3	-18,7
Exportações	8,7	7,5	-0,4	-11,4	-11,7	-17,7	-21,5
Importações	5,1	5,6	2,1	-11,1	-10,0	-17,1	-21,1
PIB	1,4	1,9	0,0	-3,4	-3,7	-3,5	-4,5
2. Preços (taxas de variação, em %)							
Deflator do PIB	2,7	2,9	1,6				
Taxa de Inflação (a)	3,1	2,5	2,7	0,1	-0,3	-0,5	-0,2
3. Emprego e desemprego							
Emprego Total (taxa de variação, %)	0,7	0,0	0,5				
Taxa de desemprego (%)	7,7	8,0	7,6	8,8	9,1	-	9,6
4. Administrações Públicas (% do PIB)							
Saldo das Administrações	-3,9	-2,6	-2,6	-5,9	-6,5	-	-6,5
Dívida Pública	64,7	63,6	66,4	74,6	75,4	-	-

Notas: (a) Variação média anual do Índice de Preços no Consumidor; (p) previsão.

MFAP – Ministério das Finanças e Administração Pública, Julho 2009.

CE – Comissão Europeia, Previsões da Primavera, Maio de 2009.

BdP – Banco de Portugal, Boletim Económico, Primavera e Verão de 2009.

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, Junho de 2009.

Fontes: Ministério das Finanças e da Administração Pública, Relatório de Orientação da Política Orçamental, Maio de 2009 e Previsões Macroeconómicas actualizadas em 15 de Julho de 2009.

As quebras em exportações têm origem principal nas vendas aos mercados intra-comunitários, já que acréscimos de vendas para mercados extra-comunitários não geraram efeitos suficientes para compensar a evolução global, devido ao seu reduzido peso estrutural.

O investimento regista quebras, sendo mais frequentes nas actividades de construção do que nas de equipamentos e materiais de transporte.



O consumo privado aproxima-se de uma evolução geral mais alisada, mas orientando-se para bens correntes e restringido a aquisição de bens duradouros. A opção por alguns bens duradouros, como parece revelar a melhoria das vendas de veículos automóveis ligeiros de passageiros em 2008, poderá associar-se a uma preferência por expectativas de segurança e reserva de valor, em momento de maior aversão ao risco.

O consumo público regista um crescimento moderado, mas positivo, aumentado o seu peso no PIB e assumindo uma função própria de incentivo a condições estabilizadoras.

O mercado de trabalho apresentou no conjunto de 2008 uma evolução positiva, traduzindo-se num maior crescimento do emprego e numa diminuição da taxa de desemprego face a 2007, com o desfasamento habitual face ao ciclo económico. Para 2009, e tendo em conta a deterioração da actividade, espera-se uma evolução desfavorável. A taxa média de desemprego deverá aumentar, ao mesmo tempo que se reduzirá o volume no emprego total. A dimensão revelada por estes indicadores reflectirá e resultará da conjugação entre o forte impacto que a actual conjuntura terá no mercado de trabalho e, em sentido contrário, as medidas com vista à protecção do emprego e ao incentivo à contratação.



A taxa de inflação média anual em 2008 encerra uma elevada volatilidade no preço dos bens ao longo do ano, explicada, fundamentalmente, pelo comportamento dos preços nos bens energéticos.

Comparando a taxa de inflação média anual em Portugal com a registada na área do euro, o respectivo diferencial inverteu-se pela primeira vez nos últimos anos, devido aos efeitos da aceleração de preços dos bens energéticos e dos produtos alimentares não transformados terem sido inferiores em Portugal. Para 2009 espera-se uma taxa de inflação média abaixo do previsto para a área do euro.

C) Economia Regional

Recursos Humanos - A população residente nos Açores terá atingido um total de 244 780 no ano de 2008, o que representa um crescimento de 0,32% em relação ao ano anterior.

Os movimentos fisiológicos de natalidade e de mortalidade traduziram-se num saldo demográfico natural que se manteve na ordem das cinco centenas.

Partindo dos dados estimados para a população total e considerando as estatísticas sobre o apuramento do saldo natural, deduz-se um saldo migratório de 212 indivíduos.



Enquanto o saldo natural se integra em flutuações integráveis num padrão de crescimento relativamente estabilizado, o saldo migratório é revelador de uma compreensível variabilidade face à sua maior sensibilidade a condições de conjuntura económica e social.

Decomposição da Evolução Demográfica

	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
População	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780
Saldo natural	445	550	579	471	597	562
Saldo migratório	812	632	458	306	391	212

* Dados provisórios.

Fonte: INE, SREA, DREPA.

Observando a evolução da população segundo a respectiva estrutura etária, verifica-se que o escalão de 15 a 64 anos, grosso modo o da população em idade activa e, também, o mais associável a movimentos migratórios, tem vindo a alargar a sua representatividade.

Assim, alimenta-se uma certa pressão da oferta de recursos humanos no mercado de trabalho, apesar da redução do peso relativo dos mais jovens por efeito do enfraquecimento da natalidade.

Estrutura Etária da População %

	1991	2001	2007	2008
0-14 anos	26,4	21,4	19,0	18,8
15-64 anos	61,1	65,6	68,6	68,8
65 e + anos	12,5	13,0	12,4	12,4

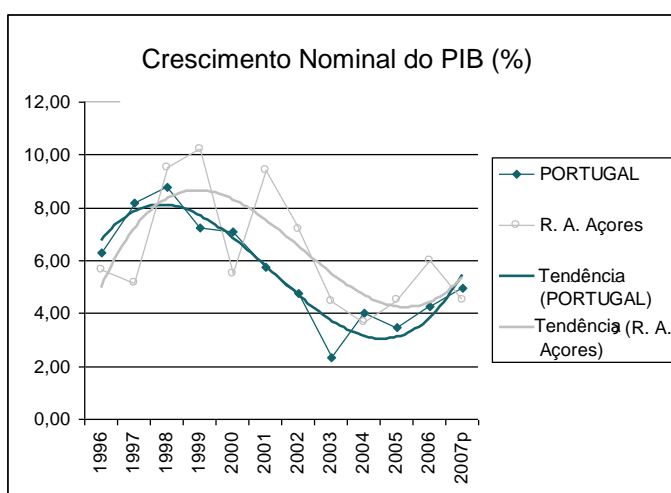
Fonte: - INE.



ASPECTOS MACROECONÓMICOS

Produção e Investimento - Os dados sobre actividade económica global nos Açores deixam transparecer um padrão de crescimento que evidencia uma dinâmica com ritmo próprio, sem deixar de ser condicionada por tendências e flutuações cíclicas da economia nacional. De facto, as taxas médias anuais de crescimento têm sido frequentemente superiores às do conjunto do país, ao mesmo tempo que mostram um paralelismo em termos de flutuação entre os momentos de crescimento acentuado e os momentos de desaceleração.

A partir da crise no ano de 2003, e nos Açores com um certo desfasamento temporal, os dados apontavam para uma linha em formação integrável num processo de retoma.





A produção económica nos Açores revelava uma quota de participação na economia nacional na ordem de 2%, contribuindo para a sustentação de um nível de rendimento que, medido em termos de PIB per capita, atingia 13,7 mil euros por habitante no ano de 2007 (último ano em que dispõe de dados) e representava, ao mesmo tempo, cerca de 89% da média registada para o conjunto do país.

Produto Interno Bruto - a Preços de Mercado

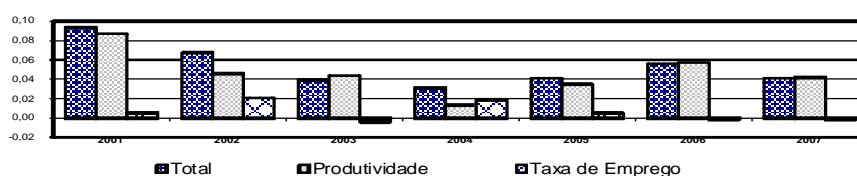
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
1. Açores.....	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018	3 199	3 343
2. País	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123	155 446	163 119
% (1/2).....	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02	2,06	2,05
PIB per capita (mil euros/hab.)	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5	13,2	13,7
PIB per capita (Portugal=100).....	83,5	85,7	87,6	87,4	88,3	89,9	89,3

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A evolução do nível de produção de riqueza até 2007 vinha sendo sustentada através de ganhos de eficiência, observáveis através do indicador de produtividade, não se registando crescimento significativo através de utilização mais intensa de recursos humanos, conforme contributo medido pela taxa de emprego permite verificar.

Crescimento do PIB/Hab. e Componentes





A desagregação do VAB por ramos de actividade evidenciava a dimensão absoluta de serviços, enquanto indústrias e energia se destacavam em termos de um padrão com maior regularidade de crescimento, a par de uma base de produção de actividades primárias que se mantinham a um certo nível de representatividade. Já as actividades de construção revelavam maior variabilidade em termos dos respectivos volumes de produção.

VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)

Actividades	Unid.: milhões de Euros						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007*
Primárias	295	311	313	323	321	316	318
Industriais e energia .	193	216	232	248	265	289	313
Construção	166	172	161	173	162	164	174
Comerciais	484	517	544	569	594	628	653
Financeiras	325	332	371	373	406	424	445
Outros serviços.....	707	769	798	824	849	916	962
Total	2 170	2 317	2 419	2 510	2 597	2 737	2 865

* Resultados preliminares.

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

A Formação Bruta de Capital Fixo, ao longo do último ano com dados conhecidos, em 2006, acumulou um total de 871 milhões de euros. Este montante aproximou-se de cerca de um terço do valor da produção no mesmo ano; mais concretamente, a chamada taxa de investimento aparente de FBCF em relação ao respectivo VAB foi de 31,8%.

Em termos gerais, os ramos de serviços captavam os maiores volumes de investimento, mas era nos das indústrias que se atingiam taxas de investimento mais significativas e, particularmente, mais ajustadas a uma linha de tendência mais regular.



FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo, (A6)

Actividades	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Primárias.....	36	33	39	38	33	126	22
Industriais e energia	87	105	131	173	160	192	142
Construção.....	37	39	36	21	31	32	15
Comerciais	189	176	184	372	311	372	227
Financeiras.....	117	61	65	280	292	331	225
Outros serviços	457	588	584	283	200	236	239
Total.....	923	1 002	1 039	1 167	1 027	1 290	871

Fonte: INE, Contas Regionais (base 2000).

Mercado de Emprego - O número de 117,6 milhares de indivíduos da população activa no ano de 2008 incorpora um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior. Esta evolução correspondeu a uma maior utilização de recursos humanos disponíveis, tendo a taxa de actividade atingido 48,2%, face a 46,1% no ano anterior.

A taxa de actividade feminina de 38,4%, ao mesmo tempo que acompanhou a evolução global, prosseguiu a tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de trabalho.

A partir destes dados, observa-se uma capacidade de oferta de emprego reforçada em relação ao ano anterior, registando-se uma criação líquida de 3 884 novos empregos. Por outro lado, o crescimento da procura a um ritmo ainda mais intenso acentuou o nível do desemprego, que se traduziu numa taxa de 5,5%.



Condição da População Perante o Trabalho

	Nº Individuos				
	2001	2003	2005	2007	2008
População Activa	100 646	105 099	109 773	112 159	117 582
Empregada	98 360	102 066	105 283	107 284	111 168
Desempregada	2 286	3 033	4 490	4 875	6 414
Tx. de Actividade (%)	42,4	43,8	45,4	46,1	48,2
Tx. de Act. Feminina (%)	30,2	32,1	33,8	36,0	38,4
Tx. de Desemprego (%)	2,3	2,9	4,1	4,3	5,5

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

No âmbito da população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores, reduzindo-se a componente classificada como doméstica e ampliando-se a de reformados.

A população incluída na classificação “Outros” encontra-se mais estabilizada, sendo a sua componente principal formada por jovens estudantes.

População Inactiva - %

	2001	2003	2005	2007	2008
Domésticos	27,1	27,3	26,6	24,8	23,1
Reformados	15,0	16,4	16,0	17,6	19,8
Outros	57,9	56,3	57,4	57,6	57,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Na população activa empregada segundo a situação na profissão a categoria de por conta de outrem manteve a representatividade global na ordem de 78%.



A evolução mais visível correspondeu ao reforço do volume dos que trabalham por conta própria, em contrapartida ao volume dos classificados como familiares e outros.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão - %

	2003	2005	2007	2008
Conta de Outrem	75,6	78,1	78,5	78,6
Sem termo	57,7	62,2	62,5	62,1
Com termo	14,3	12,8	13,8	13,5
Outros	3,6	3,2	2,2	3,0
Conta Própria	21,8	19,9	19,1	19,9
Familiar e Outras	2,6	2,0	2,4	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

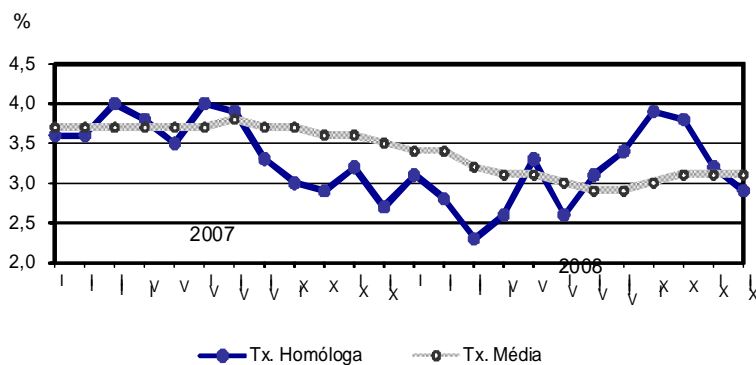
Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.

Preços no Consumidor - Durante o ano de 2008 a evolução média dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa de 3,1%, situando-se a um nível inferior ao de 3,5% do ano anterior. Esta evolução média integrou-se num processo de desaceleração de preços, que sofreu interrupções provocadas por choques reflectidos em variações homólogas mais intensas.

Depois de ultrapassados os choques centrados nalgumas componentes de preços, nomeadamente de bens alimentares, verifica-se novo regresso a um processo de desaceleração, compreensível pelo esgotamento do choque temporário e pelos efeitos de importação de preços num contexto com características de abrandamento de pressões inflacionistas.



Efectivamente, os dados mais recentes e as perspectivas dominantes fornecem elementos nessa linha de moderação de preços.



Indicadores de Actividade – Evolução Recente - Para se obter uma perspectiva sobre a evolução mais recente, passam a utilizar-se dados estatísticos intra-anuais (trimestrais), o que já permite visualizar resultados até meados de 2009.

Apresenta-se uma leitura a partir de indicadores simples, mas tendo subjacente uma evolução de tipo conjuntural e cíclica, ao mesmo tempo que explora a hipótese de as actividades regionais estarem condicionadas por um choque externo, concretamente pelo da crise de 2008.

Através da observação de indicadores simples sobre aspectos da actividade económica na Região podem-se construir algumas imagens sobre efeitos da crise externa em termos de padrões e ritmos de crescimento trimestral em diversas actividades. Algumas actividades parecem aproximar-se mais de fases de tipo cíclico, indo desde



desaceleração e quebra a estabilização com sinais de retoma mais ou menos confirmados.

Com efeito, comparando os últimos valores disponíveis reportados ao 2º trimestre do corrente ano de 2009, com os do trimestre homólogo do ano anterior, observa-se que existem evoluções em certos domínios que de certa forma se alinham com o que se verifica a nível nacional e internacional, ou seja, diminuição de actividade e/ou comportamentos mais defensivos perante a crise internacional, a qual dava os primeiros sinais em 2008 até se consolidarem os efeitos negativos durante o ano de 2009.

Porém, realizando um exercício em que se retira o efeito da sazonalidade intra-anual observável nos valores destes indicadores simples, em ordem a se poder comparar com alguma segurança valores de trimestres consecutivos, retira-se que, nos Açores, no 2º trimestre de 2009 algumas variáveis mais exemplares e ilustrativas em termos do impacte da conjuntura internacional apresentam níveis de evolução positiva, a indiciar sinais de recuperação dos níveis de confiança dos agentes económicos na antecipação que fazem sobre a evolução económica. Vejam-se os casos apresentados no quadro seguinte, no que diz respeito com indicadores mais representativos do investimento e do consumo de bens duradouros.



Indicadores de Actividade Económica %

	Variação Homóloga 2º Trim. 09/2º Trim. 08	Variação Trimestral* 2º Trim. 09/2º Trim. 08
Produção de carne	-3,91	14,46
Leite entregue nas fábricas	3,85	-4,77
Pesca descarregada	29,60	43,07
Produção de queijo e manteiga	-0,24	-4,44
Venda de cimento	-31,32	-14,74
Licenças para construção	-14,98	6,03
Consumo de electricidade	0,81	0,65
Dormidas na hotelaria	-5,38	23,90
Movimentos aeroportos	4,46	10,87
Vendas de automóveis novos	-30,43	10,24

*Dados corrigidos de sazonalidade

Fonte: SREA e DRPFE.

Os mesmos indicadores também sugerem a hipótese de que a primeiras actividades a revelarem sinais de estabilização e sinais de retoma, também tinham sido as primeiras a registar desaceleração e quebra de crescimento.

Acerca da transmissão destes padrões de crescimento das actividades sobre os níveis de emprego da força de trabalho espera-se algum desfasamento temporal.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

A 30 de Setembro do corrente ano, o orçamento da Região Autónoma dos Açores registava uma execução da despesa de 904,7 milhões de euros (63,8%), por contrapartida de uma receita arrecadada de 900,9 milhões de euros (63,5%).

Receita

A 30 de Setembro de 2009, a desagregação da receita por grandes agregados, bem como os respectivos níveis de execução, constam do quadro a seguir apresentado.

	Unidade: Euros		
	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Receitas Correntes	694.101.900,00	493.806.022,93	71,1%
Impostos e Contribuições para a S.S.	519.833.000,00	326.256.353,79	62,8%
Taxas, multas e outras penalidades	4.600.000,00	2.893.337,58	62,9%
Rendimentos de propriedade	5.500.000,00	1.357.233,22	24,7%
Transferências Correntes	146.545.900,00	146.546.449,67	100,0%
Venda de Bens e Serviços Correntes	573.000,00	272.230,92	47,5%
Outras Receitas Correntes	17.050.000,00	16.480.417,75	96,7%
2. Receitas de Capital	435.532.234,00	223.137.378,79	51,2%
Venda de Bens de Investimento	270.000,00	37.590,92	13,9%
Transferências de Capital	381.363.100,00	170.480.233,98	44,7%
Activos Financeiros	1.200.000,00	771.895,53	64,3%
Passivos Financeiros	50.000.000,00	50.000.000,00	100,0%
Outras Receitas de Capital	199.134,00	121.179,38	60,9%
Reposições	2.500.000,00	1.726.478,98	69,1%
3. Operações Extra-Orçamentais	288.249.273,00	183.939.940,35	63,8%
4. Total (1+2+3)	1.417.883.407,00	900.883.342,07	63,5%



As receitas correntes permitiram já, uma arrecadação de 493,8 milhões de euros, 71,1% do valor orçamentado, das quais se destacam os impostos indirectos, com 207,0 milhões de euros, as transferências, com 146,5 milhões de euros e os impostos directos, com 115,8 milhões de euros. Estes três agregados representaram, no seu conjunto, 95,1% da receita corrente e 52,1% do total das receitas contabilizadas.

Relativamente às receitas de capital, verificou-se, no final do terceiro trimestre, uma execução de 223,1 milhões de euros, ou seja, 51,2% do orçamentado. Neste agregado, destacam-se as transferências de capital, as quais, ao atingirem o valor de 170,5 milhões de euros, representaram 76,4% do total das receitas de capital e 18,9% do total da receita.

A desagregação da receita pelas suas principais componentes, excluindo as operações extra-orçamentais, é apresentada no quadro seguinte.

	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Receitas Totais	1.129.634.134,00	716.943.401,72	63,47%
Receitas Fiscais	519.933.000,00	325.730.803,93	62,65%
IRS	135.987.000,00	96.803.657,05	71,19%
IRC	60.892.000,00	18.919.578,77	31,07%
IVA	191.472.000,00	117.561.224,12	61,40%
Outras Receitas			
Fiscais	131.582.000,00	92.446.343,99	70,26%
Transferências	527.909.000,00	317.026.683,65	60,05%
Passivos Financeiros	50.000.000,00	50.000.000,00	100,00%
Outras Receitas	31.792.134,00	24.185.914,14	76,08%



As receitas fiscais atingiram os 325,7 milhões de euros, o equivalente a uma execução de 62,7%, representando 45,4% do total da receita.

Em virtude do peso que as receitas fiscais assumem no total da receita, é apresentado de seguida, um quadro com a desagregação dos diferentes impostos.

Unidade: euros

	Dotação	Execução	%
Impostos Directos	196.979.000,00	115.810.731,78	58,79%
IRS	135.987.000,00	96.803.657,05	71,19%
IRC	60.892.000,00	18.919.578,77	31,07%
Diversos	100.000,00	87.495,96	87,50%
Impostos Indirectos	318.354.000,00	207.026.734,57	65,03%
ISP	51.409.000,00	39.193.091,38	76,24%
IVA	191.472.000,00	117.561.224,12	61,40%
ISV	14.081.000,00	6.257.500,91	44,44%
Imposto sobre o consumo de tabaco	25.627.000,00	19.470.062,59	75,97%
IABA	7.199.000,00	3.747.604,08	52,06%
Imposto de selo	27.816.000,00	20.182.142,30	72,56%
Diversos	750.000,00	615.109,19	82,01%
Taxas, multas e outras Penalidades	4.600.000,00	2.893.337,58	62,90%
RECEITA FISCAL	519.933.000,00	325.730.803,93	62,65%

Os Impostos Directos, com uma receita arrecadada de 115,8 milhões de euros, representavam 35,6% do total da receita fiscal, destacando-se neste agregado o IRS que, com uma execução de 96,8 milhões de euros, contribuiu em 83,6% para o total destes Impostos.

O agregado com maior peso na receita fiscal foi o dos Impostos Indirectos, tendo atingido os 207,0 milhões de euros (63,6%). No âmbito destes, destacam-se o IVA, o ISP, o Imposto de selo e o Imposto sobre o



consumo do tabaco, com 117,6 milhões de euros, 39,2 milhões de euros, 20,2 milhões de euros e 19,5 milhões de euros, respectivamente que, no seu conjunto, contribuíram com 196,4 milhões de euros (94,9%).

No que respeita ao IVA, e considerando a estimativa de realização até ao final do corrente ano, prevê-se que o seu grau de execução se situe próximo da totalidade da dotação orçamental.

As taxas, multas e outras penalidades contabilizaram 2,9 milhões de euros e registavam já uma taxa de execução de 62,9%.



Despesa

No final do terceiro trimestre de 2009, a desagregação da despesa por grandes agregados foi a que abaixo se evidencia.

Unidade: Euros

	ORÇAMENTADO	REALIZADO	%
1. Despesas Correntes	593.898.285,00	449.507.038,16	75,7%
Despesas com Pessoal	302.783.533,00	225.472.795,91	74,5%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	18.415.464,00	12.225.419,63	66,4%
Juros e Outros Encargos	11.350.000,00	9.390.859,68	82,7%
Transferências Correntes	238.894.823,00	193.762.337,89	81,1%
Outras despesas Correntes	22.454.465,00	8.655.625,05	38,5%
2. Despesas de Capital	1.850.500,00	1.143.728,03	61,8%
Aquisição de Bens de Capital	1.260.500,00	701.234,03	55,6%
Outras despesas de Capital	590.000,00	442.494,00	75,0%
3. Despesas do Plano	533.885.349,00	275.469.230,10	51,6%
4. Operações Extra-Orçamentais	288.249.273,00	178.556.679,41	61,9%
5. Total (1+2+3+4)	1.417.883.407,00	904.676.675,70	63,8%

Nas despesas correntes, salientam-se as agregados económicos, Despesas com Pessoal e Transferências Correntes, que, no seu conjunto, representam 93,3% do respectivo total.

Nas despesas de capital, o agregado económico da aquisição de bens de capital, é o que mais se destaca, com uma execução de 701,2 milhões de euros.



O quadro abaixo evidencia a desagregação da despesa, nas suas componentes de funcionamento e de investimento, sem operações extra-orçamentais.

	(Euros)		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Despesas Totais	1.129.634.134,00	726.119.996,29	64,28%
Funcionamento	595.748.785,00	450.650.766,19	75,64%
Despesas com Pessoal	302.783.533,00	225.472.795,91	74,47%
Remunerações certas	246.693.590,00	184.318.032,59	74,72%
Abonos variáveis	7.473.773,00	5.038.155,83	67,41%
Segurança Social	48.616.170,00	36.116.607,49	74,29%
Transferências	238.894.823,00	193.762.337,89	81,11%
Juros e outros encargos	11.350.000,00	9.390.859,68	82,74%
Outras	42.720.429,00	22.024.772,71	51,56%
Investimento	533.885.349,00	275.469.230,10	51,60%

Da análise ao quadro acima apresentado, salienta-se que, relativamente às despesas de funcionamento, são os encargos com pessoal e as transferências, as rubricas que assumem maior peso, representando no seu conjunto 93,0% do total destas, o equivalente a 419,2 milhões de euros.

As despesas com pessoal registaram, no final do terceiro trimestre, uma execução de 225,5 milhões de euros, correspondente a 74,5% do valor orçamentado.

O montante executado das despesas com pessoal incorpora o aumento dos índices salariais, em 2,9%, os efeitos financeiros acumulados da reestruturação efectuada nas carreiras da administração regional, nomeadamente, o impacto dos descongelamentos das progressões e da



reposição do tempo de serviço que tinha sido objecto de congelamento, de acordo com a legislação aprovada em 2008.

As transferências apresentaram uma execução de 193,8 milhões de euros, a que correspondeu um grau de execução de 81,1%. Salienta-se que 89,1% deste valor (172,7 milhões de euros), foram transferidos para o Serviço Regional de Saúde.

As despesas do plano contabilizaram 275,5 milhões de euros, valor que corresponde a uma taxa de execução de 51,6% e que representa 37,9 % do total da despesa executada.

À semelhança do primeiro ano de cada legislatura, em virtude do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2009/A, somente ter sido publicado em Junho de 2009, a execução do plano de investimentos é mais acentuada no terceiro e, especialmente, no quarto trimestre.



B) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2008 receitas no valor total de 207,3 milhões de euros, verificando-se um aumento de 11,3%, relativamente ao ano anterior. Ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, em que se verificaram sempre crescimentos elevados nas receitas locais (impostos, taxas, venda de bens e serviços), relativamente a outras fontes de receita (transferências e empréstimos), em 2008, verificou-se mesmo uma pequena descida nestas receitas, ficando o seu valor praticamente igual ao de 2007.

Deste modo, o crescimento global das receitas ficou a dever-se sobretudo às “outras transferências”, ou seja, as que resultam de apoios do Governo Regional e de outras entidades, com exclusão dos fundos do Orçamento do Estado e da União Europeia, e aos empréstimos contraídos, que cresceram 45%.

Quanto às transferências dos fundos comunitários, ficaram ao nível do ano anterior.

As diversas componentes da despesa tiveram comportamento diverso. As despesas de pessoal aumentaram 2,4%. Por outro lado, o investimento municipal, a maior parcela das despesas municipais (46%), aumentou 23%, ultrapassando os 84 milhões de euros, o que constitui um recorde absoluto e num ano em que as transferências dos fundos comunitários, importante fonte de financiamento do investimento, ficaram nos 15 milhões de euros.



Registe-se, também, um aumento de 18% nos juros de empréstimos, reflectindo os aumentos de taxas de juros sentidos em 2008, bem como o montante de 25 milhões de euros de empréstimos contraídos em 2008, o valor mais elevado dos últimos 6 anos.

O investimento cresceu cerca de 23% no total dos municípios. No entanto, o comportamento das diversas áreas foi bastante diferente, com aumentos da ordem dos 62% na rede viária, 32% na educação e desporto e 25% no abastecimento de água e na habitação, mas com reduções acentuadas nos sectores de recolha e tratamento de lixos, instalações dos serviços e informática.



euros

Receitas	2006		2007		2008		2007 / 08 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Receitas Locais	42.966.233	25	52.113.730	28	52.103.377	25	0,0
Fundos OE	91.405.816	53	91.680.561	49	96.124.922	46	4,8
Fundos Comunitários	19.328.517	11	14.995.126	8	15.044.492	7	0,3
Outras Transferências	5.445.211	3	10.174.497	5	18.928.815	9	86,0
Empréstimos	11.971.197	7	17.288.433	9	25.134.503	12	45,4
Totais	171.116.975	100	186.252.348	100	207.336.109	100	11,3

Despesas	2006		2007		2008		2007 / 08 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Pessoal	46.020.811	27	47.031.485	25	48.167.976	26	2,4
Bens	6.119.634	4	7.458.803	4	8.038.143	4	7,8
Serviços	17.574.259	10	19.455.805	11	19.246.577	10	-1,1
Juros	4.428.060	3	6.138.345	3	7.254.987	4	18,2
Amortizações	12.878.407	7	13.470.190	7	13.787.466	7	2,4
Investimentos	66.500.829	39	68.386.252	37	84.099.491	46	23,0
Transf p/ instituiç n/ lucrativas	10.006.331	6	12.098.454	7	11.365.172	6	-6,1
Outras Transferências	2.599.678	2	4.471.010	2	4.014.622	2	-10,2
Outras Despesas	5.595.714	3	6.038.027	3	10.875.677	6	80,1
Totais	171.723.723	100	184.548.371	75	206.850.112	86	12,1

Endividamento	2006		2007		2008		2007 / 08 (%)
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	
Dívida Bancária	138.963.043	80	142.810.881	79	154.218.499	74	8,0
Dívida não Bancária	34.928.704	20	37.413.897	21	53.438.738	26	42,8
Totais	173.891.747	100	180.224.778	100	207.657.237	100	15,2

Balanço e Demonstração de Resultados

Desde 2002, os municípios utilizam o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), tendo procedido desde então, e de forma gradual, ao inventário dos seus bens activos e passivos, bem como ao apuramento do resultado líquido do exercício.

Em 2008, os municípios tinham um activo líquido total da ordem dos 1.068 milhões de euros, onde o imobilizado representava 97%. Este



valor percentual próximo dos 100% explica-se pela natureza dos municípios, vocacionados para a realização de obras, em grande parte por empreitadas e com pouco volume de dívidas a receber.

Por outro lado, refira-se que 56% do activo é coberto por fundos próprios. Apenas 19% é suportado por dívidas a outras entidades e o restante resulta essencialmente de proveitos diferidos, ou seja participações recebidas, mas ainda não contabilizadas como proveitos.

O resultado líquido do exercício de 2008, do conjunto dos 19 municípios, foi de 5 milhões de euros, mas apresentou-se negativo em 9 destes.



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constante na presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2010, e por uma questão de facilidade e simplificação, utiliza os mesmos critérios e métodos que têm sido utilizados no passado recente, o que obviamente transmite transparência e rigor à referida proposta.

Importa salientar que a presente proposta de orçamento é elaborada num contexto nacional diferente do observado nos últimos anos, uma vez que ainda não há qualquer conhecimento dos valores do Orçamento de Estado (OE) para o ano de 2010.

Tendo em atenção os objectivos programáticos do X Governo Regional, a política orçamental da presente proposta, insere-se num quadro de rigor de finanças públicas regionais, apesar da conjuntura económico-financeira internacional adversa que afectou a economia regional, não obstante, o Governo Regional ter minimizado os seus efeitos, através do aumento do volume de investimentos que está a ser realizado em 2009 e que continuará em 2010, como pode ser comprovado na presente proposta.

Quando se começam a verificar os primeiros sinais de retoma económica, o Governo Regional tal como fez no passado recente, toma a dianteira no sentido de debelar o mais depressa possível os efeitos da conjuntura internacional. Neste contexto, o Governo entendeu que deveria



fazer um esforço no sentido de continuar a assegurar a plena execução dos fundos comunitários, sendo para o efeito necessário avançar com mais projectos de investimento que permitam essa execução. Assim, neste sentido, o Governo entende que se deve, em 2010, recorrer, extraordinariamente, à contracção um empréstimo até 50 milhões de euros, que permita o acesso a investimentos que são co-financiados por fundos comunitários e que potenciem um estímulo adicional à economia regional contribuindo para o aumento do emprego.

O Governo Regional, face ao contexto económico-social que se vive não descarta o prosseguimento da sua política de rigor e controlo das suas despesas de funcionamento, as quais, apresentam um crescimento de apenas 1,7%.

De seguida apresenta a estrutura da proposta do ORAA para 2010, bem como a de 2009, excluindo-se o valor das operações extra-orçamentais.



Síntese da Conta

	Milhares de Euros	
	2009	2010
1. Receitas Correntes	694,1	689,2
2. Despesas Correntes	593,8	614,1
3. Encargos da Dívida Pública	11,3	9,5
4. Saldo Corrente (1-2)	100,3	75,1
5. Receitas de Capital	385,5	393,6
6. Empréstimos	50,0	50,0
7. Despesas de Capital	535,8	518,7
8. Amortização de Dívida	0,0	0,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-150,3	-125,1
10. Saldo Global (4+9)	-50,0	-50,0
11. Saldo Primário (10+3)	-38,7	-40,5

Do presente quadro verifica-se que a proposta de orçamento para 2010 mantém o mesmo saldo global, e praticamente inalterado o saldo primário.

A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para o ano de 2010 atinge os 1.427,1 milhões de euros. Excluindo o montante de 294,3 milhões de euros das operações extra-orçamentais, o valor da receita ascende a 1.132,8 milhões de euros.



Para efeitos de análise comparativa, aos valores globais da receita são excluídos os passivos financeiros, centrando-se a análise apenas no âmbito da receita efectiva.

Estima-se que, para 2010, as receitas efectivas atinjam um valor de 1.082,8 milhões de euros, mais 3,2 milhões de euros do que o orçamentado para o corrente ano, ou seja, mais 0,3%.

As receitas efectivas são compostas por três agregados - receitas próprias, transferências do Orçamento de Estado e transferências da União Europeia – os quais correspondem às principais fontes de financiamento do ORAA.

As receitas próprias, que no seu conjunto representam 50,2% do total da receita efectiva, constituem a principal fonte de financiamento do orçamento de 2010.

As transferências quer do Orçamento de Estado quer da União Europeia continuam a ter um peso muito significativo no financiamento do orçamento regional, representando 35,1% e 14,6%, respectivamente, no total da receita efectiva.

Nas transferências da União da Europeia, há um acréscimo de 3,7% em relação à dotação orçamental de 2009, o que traduz o esforço do Governo Regional em continuar a apostar num conjunto de projectos de investimentos sujeitos a co-financiamento comunitária, o que obviamente



justifica também a necessidade de se recorrer ao financiamento como anteriormente referido.

Receitas Próprias

Para o ano de 2010, prevê-se que as receitas próprias atinjam o montante de 544,1 milhões de euros.

No âmbito destas receitas, destacam-se as receitas fiscais, que no seu conjunto, para 2010, representam 93,6% do total das receitas próprias.

A previsão das receitas fiscais para o ano de 2010 é de 509,3 milhões de euros, menos 2,1% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Este decréscimo decorre, fundamentalmente, da evolução registada ao nível do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Do conjunto de impostos que constituem as receitas fiscais, com excepção do IVA, os valores estimados tiveram por base a estimativa de execução projectada para o corrente ano, acrescida de uma taxa média de 5%. A previsão para 2010 não é passível de comparação com os valores do Orçamento de Estado uma vez que este ainda não foi elaborado.

Prevê-se que os impostos directos atinjam um valor na ordem dos 183,9 milhões de euros, cerca de 36,1% do total das receitas fiscais.



Para 2010, prevê-se que a receita do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares (IRS) ascenda a 152,3 milhões de euros, valor que representa 82,8% do total dos impostos directos.

O valor de previsão para 2010 do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) atinge os 31,5 milhões de euros. Neste imposto verifica-se um decréscimo acentuado quando comparado com a previsão orçamental para o corrente ano. Para este resultado, contribuiu essencialmente a diminuição da autoliquidação por parte das empresas no corrente ano, tendo de imediato tido dois efeitos. Por um lado, a diminuição nos valores dos pagamentos por conta e por outro, o aumento dos reembolsos pagos às empresas, que são deduzidos à cobrança.

Os impostos indirectos atingem uma previsão orçamental de 316,7 milhões de euros, prevendo-se que tenham um ligeiro decréscimo (-0,5%), em relação ao correspondente valor orçamentado para o corrente ano.

Espera-se que a receita do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) venha a atingir 56,7 milhões de euros em 2010. Este imposto tem tido ao longo do corrente ano um comportamento muito estável, sem oscilações, ao contrário de outros impostos sobre o consumo, pelo que na elaboração da sua previsão partiu-se do pressuposto de que a evolução das quantidades de produtos petrolíferos introduzidos no consumo também venha a crescer de forma a suportar o crescimento previsto na respectiva receita.



Para 2010 prevê-se que a receita do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) possa ascender aos 186,5 milhões de euros representando um decréscimo na ordem dos 2,6% relativamente à estimativa de execução para 2009. Este imposto tem sido o mais sujeito à evolução da conjuntura internacional, o que é compreensível, dado que há um conjunto de bens, nomeadamente, os bens de equipamento, tributados às taxas mais elevadas, considerados pelos consumidores, supérfluos, que deixam de ser adquiridos, e que tem consequências óbvias na receita deste imposto.

A previsão de receita para o conjunto de impostos mais especificamente relacionados com o sector automóvel – Imposto sobre Veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC) – ascende aos 11,5 milhões de euros. Para este resultado, contribui de forma significativa a receita do IUC que está gradualmente a crescer, na sequência da reforma da tributação ocorrida a este título, no passado recente.

O Imposto sobre o Tabaco (IT) regista uma previsão de 25,7 milhões de euros, montante praticamente idêntico à dotação prevista para o corrente ano.

Para o Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA) prevê-se uma receita global de 6,1 milhões de euros.

A previsão da receita do Imposto de Selo (IS) ascende a 29,4 milhões de euros, estimando-se, para 2010, um acréscimo de 5,7% relativamente ao valor orçamentado para o corrente ano.



Quanto às taxas, multas e outras penalidades prevê-se que estas atinjam um valor de receita na ordem dos 8,7 milhões de euros.

Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão de receita de 34,8 milhões de euros, a qual integra um conjunto diversificado de capítulos de receita que, naturalmente, não foram contempladas no agregado das receitas fiscais, com particular ênfase na componente de valorização patrimonial.

Transferências do Orçamento de Estado

Para o ano de 2010, prevê-se que as transferências do Orçamento de Estado atinjam um valor global de 380,2 milhões de euros, ou seja mais 5,1 milhões de euros, do que o correspondente valor orçamentado para o corrente ano.

O acréscimo registado neste agregado resulta, essencialmente, da aplicação directa do disposto nos Artigos 37.º (Transferências orçamentais) e 38.º (Fundo de Coesão para as regiões ultraperiféricas) da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA).

De acordo com o estipulado na citada LFRA, nomeadamente, ao abrigo dos seus já referidos artigos 37.º e 38.º, as transferências orçamentais efectuadas a título da solidariedade nacional, deverão atingir um valor na ordem dos 298,7 milhões de euros e as destinadas ao Fundo de Coesão ascenderão aos 59,7 milhões de euros, traduzindo-se em ambas as



transferências um acréscimo na ordem dos 1,9%, em relação ao ano de 2009.

Ainda no âmbito das transferências do Orçamento de Estado, está previsto receber mais 5,2 milhões de euros, resultantes do compromisso assumido pelo Governo da República na comparticipação nacional em programas de habitação social.

Por último, está igualmente prevista uma verba a receber do Governo da República, no montante de 16,7 milhões de euros, correspondente à parcela de 2010, resultante do acerto global de 90 milhões de euros, referente à má interpretação da anterior Lei das Finanças das Regiões Autónomas (1998-2005) e já acordada formalmente com o Governo da República.

Transferências da União Europeia

Em 2010, as transferências de fundos da União Europeia deverão atingir o montante de 158,6 milhões de euros. Estas transferências correspondem a um conjunto de projectos de investimentos co-financiados por fundos comunitários, levados a cabo pelo Governo Regional dos Açores.

Operações Extra-Orçamentais

O montante global orçamentado em operações extra-orçamentais atinge os 294,3 milhões de euros, integrando verbas do grupo das



“operações de tesouraria – retenção de receita do Estado”, do grupo de “outras operações de tesouraria” e do grupo das “contas de ordem”.

O valor orçamentado nos referidos grupos atinge os 28,5 milhões de euros, 222,0 milhões de euros e 43,8 milhões de euros, respectivamente.

B) Orçamento da Despesa

O valor da despesa global orçamentada para o ano de 2010 atinge o montante de 1.427,1 milhões de euros, incluindo uma previsão de 294,3 milhões de euros de operações extra-orçamentais.

A análise à despesa é efectuada, tal como nos anos anteriores, nos termos previstos da Lei de Enquadramento do Orçamento da Região, de acordo com a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional das despesas.

Classificação Económica

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

Para efeitos da análise comparativa, os montantes orçamentados para a dotação provisional, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão.



O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para o ano de 2010, bem como a correspondente estrutura de 2009.

Estrutura da Despesa Global

	2009	%	2010	Euros %
1. Despesas Correntes	593.900.305	41,9%	604.137.560	42,6%
Despesas com Pessoal	312.402.111	22,0%	320.419.369	22,6%
Transferências	238.894.823	16,8%	243.507.343	17,2%
Aquisição de Bens e Serviços	18.421.724	1,3%	18.212.275	1,3%
Juros e outros Encargos	11.350.000	0,8%	9.500.000	0,7%
Outras	12.831.647	0,9%	12.498.573	0,9%
2. Despesas de Capital	1.848.480	0,1%	1.781.950	0,1%
Aquisição de Bens	1.258.480	0,1%	1.180.150	0,1%
Outras	590.000	0,0%	601.800	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	595.748.785	42,0%	605.919.510	42,8%
4. Despesas do Plano	533.885.349	37,7%	516.874.161	36,5%
5. Operações Extra-orçamentais	288.249.273	20,3%	294.316.582	20,8%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.417.883.407	100,0%	1.417.110.253	100,0%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional.

A análise ao quadro permite constatar que, entre os anos de 2009 e de 2010, não se registam alterações significativas no peso relativo dos vários agregados da despesa.

Efectivamente, as despesas de funcionamento registam, em 2010, apenas um ligeiro acréscimo, inferior a um ponto percentual, decorrente da evolução registada ao nível das despesas correntes.



Igualmente com um ligeiro acréscimo do seu peso relativo estão as operações extra-orçamentais, o que origina, conseqüentemente, um ligeiro decréscimo do peso das despesas do plano.

As despesas de funcionamento atingem o valor de 605,9 milhões de euros, o que representa um acréscimo de apenas 1,7% relativamente às correspondentes dotações do ano anterior.

No âmbito das despesas de funcionamento previstas para 2010, destacam-se as despesas correntes, com 604,1 milhões de euros orçamentados, as quais representam 99,7% do total, evidenciam um crescimento, igualmente, de apenas 1,7%, relativamente ao correspondente valor de 2009.

As despesas correntes são compostas essencialmente por dois agregados económicos – despesas com pessoal e transferências – os quais, em conjunto, representam 93,3% do respectivo valor global previsto para o ano de 2010.

As despesas com pessoal estão orçamentadas no valor de 320,4 milhões de euros, mais 2,6% do que o respectivo montante estimado para o corrente ano de 2009, constituindo o agregado económico mais significativo, representando 53% do total das despesas correntes.



O valor orçamentado em despesas com pessoal foi estimado, tendo por base a estimativa de execução prevista para o final de 2009, e atinge um montante que consideramos ser suficiente para acomodar os aumentos salariais que vierem a ser aprovados para o próximo ano.

O valor estimado reflecte integralmente os efeitos financeiros decorrentes dos descongelamentos, das progressões nas carreiras da administração pública e da reposição do tempo de serviço não contabilizado, com particular impacto no sector da educação.

As despesas com as aquisições de bens e serviços atingem uma previsão global de 18,2 milhões de euros, menos 1,1% do que o previsto para o ano anterior, evolução claramente indiciadora da política de contenção e rigor imposta pelo Governo Regional a este agregado da despesa.

As dotações propostas para as transferências correntes atingem o valor de 243,5 milhões de euros, apenas mais 1,9% do que o registado no ano anterior, não obstante, observar-se, em 2009, um acréscimo de cerca de 2% nas transferências correntes destinadas ao financiamento dos serviços integrados no Serviço Regional de Saúde.

Neste agrupamento económico das transferências estão orçamentadas as despesas com pessoal dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente, as dos serviços integrados no serviço Regional de Saúde,



bem como, as dotações destinadas a assegurarem o pagamento do complemento regional de pensões.

Os juros da dívida pública atingem uma previsão orçamental de 9,5 milhões de euros, menos 16,3% do que o valor registado no ano anterior.

As outras despesas correntes estão estimadas com uma dotação de 12,5 milhões de euros, dos quais, 11,5 milhões de euros, destinam-se ao financiamento corrente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

As despesas de capital atingem uma dotação global de apenas 1,8 milhões de euros, dos quais, 1,2 milhões de euros, destinam-se a aquisição de bens de capital e 0,6 milhões de euros, ao financiamento de despesas de capital da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Salienta-se o facto de, à semelhança da evolução registada no caso das aquisições de bens e serviços correntes, igualmente ao nível das aquisições de bens de capital, observa-se uma redução de 6,2%, relativamente ao respectivo valor do corrente ano.

As despesas do plano contempladas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam, para o ano de 2010, uma previsão orçamental de 516,9 milhões de euros.

O elevado volume de investimentos previstos para o ano de 2010, à semelhança do ocorrido nos últimos anos, traduz claramente a política



prosseguida pelo Governo Regional de promover de forma directa e indirecta o investimento público e privado, que potencie o desenvolvimento económico e a coesão regional.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão das competências que lhes estão atribuídas para a execução da mesma.

O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2010, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais e respectiva comparação com os montantes atribuídos em 2009.

Despesa Total

	2009	%	2010	Euros %
Assembleia Leg. da Região Autónoma dos Açores	12.528.605	0,9%	12.135.270	0,9%
Presidência do Governo Regional	40.745.799	2,9%	47.466.232	3,3%
Vice-Presidência do Governo Regional	311.012.422	21,9%	320.765.218	22,6%
Sec. Reg. da Educação e Formação	304.030.013	21,4%	304.829.636	21,5%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	97.780.504	6,9%	89.926.680	6,3%
Sec. Reg. da Economia	160.856.692	11,3%	145.496.271	10,3%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	105.565.183	7,4%	79.792.767	5,6%
Sec. Reg. da Saúde	225.453.233	15,9%	236.450.551	16,7%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	100.684.855	7,1%	110.321.403	7,8%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	59.226.101	4,2%	69.926.225	4,9%
Total	1.417.883.407	100%	1.417.110.253	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional.



A análise a este quadro permite constatar que, entre os anos de 2009 e 2010, não se verificam alterações significativas no peso relativo dos diversos departamentos regionais no total da despesa pública.

O departamento regional com maior peso na estrutura da despesa para o ano de 2010, continua a ser a Vice-Presidência do Governo, com uma dotação global de 320,8 milhões de euros, detendo um peso de 22,6%, mais 0,7 pontos percentuais do que em 2009.

No âmbito deste departamento, salienta-se o montante orçamentado no capítulo 12 – operações extra-orçamentais, com uma verba de 249,5 milhões de euros e no capítulo 01 – Gabinete do Vice-Presidente, com uma dotação prevista de 57 milhões de euros, dos quais, 21 milhões de euros, estão consignados ao pagamento dos complementos de pensões, 9,6 milhões de euros, destinam-se a suportar os encargos com a ADSE e 9,5 milhões de euros, respeitam aos encargos com os juros da dívida directa da Região.

A Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma dotação global de 304,8 milhões de euros, detém, em 2010, um peso de 21,5%, praticamente o mesmo que registava no ano anterior, apenas mais 0,1 pontos percentuais.

Neste departamento assumem maior relevância as dotações afectas à Direcção Regional da Educação e Formação, com 217,6 milhões de euros (71,4%), bem como as verbas incluídas no plano de investimentos, no montante de 72,7 milhões de euros.



A Secretaria Regional da Saúde, com uma dotação global de 236,5 milhões de euros, detém, para 2010, um peso de 16,7%, mais 0,8 pontos percentuais do que detinha em 2009.

Neste departamento sobressai, fundamentalmente, a dotação afecta ao Serviço Regional de Saúde, com 213,1 milhões de euros, a qual representa 90,1 do total das verbas contempladas para este departamento.

O quadro seguinte apresenta uma estrutura semelhante à do quadro anterior, apenas excluindo as verbas orçamentadas em operações extra-orçamentais.

Despesa Total

	2009	%	2010	Euros %
Assembleia Leg. da Região Autónoma dos Açores	12.528.605	1,1%	12.135.270	1,1%
Presidência do Governo Regional	40.395.799	3,6%	47.166.232	4,2%
Vice-Presidência do Governo Regional	67.861.012	6,0%	71.229.553	6,3%
Sec. Reg. da Educação e Formação	287.561.758	25,5%	295.901.645	26,4%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	90.128.317	8,0%	82.870.082	7,4%
Sec. Reg. da Economia	143.090.609	12,7%	138.279.993	12,3%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	105.473.248	9,3%	61.537.965	5,5%
Sec. Reg. da Saúde	225.453.223	20,0%	236.450.541	21,1%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	98.319.617	8,7%	107.956.165	9,6%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	58.821.946	5,2%	69.266.225	6,2%
Total	1.129.634.134	100%	1.122.793.671	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o das Operações Extra-Orçamentais.

A análise a este quadro permite constatar que não se registam, entre 2009 e 2010, muitas alterações significativas.



A Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma dotação orçamental de 295,9 milhões de euros, é o departamento que detém o maior peso, com 26,4% do total da despesa.

A Secretaria Regional da Saúde, com uma dotação de 236,5 milhões de euros, detém, em 2010, um peso relativo de 21,1%, mais 1,1 pontos percentuais do que registava em 2009.

No total, as dotações orçamentais afectas a estes dois departamentos regionais atingem, em 2010, o valor de 532,4 milhões de euros, representando 47,5% do total da despesa, mais 2 pontos percentuais do que em 2009.

O quadro seguinte apresenta as dotações afectas ao Plano de investimentos da Região para o ano de 2010 e sua comparação com as correspondentes dotações de 2009, incluídas no capítulo 40.

Plano de Investimentos

	2009	%	2010	Euros %
Presidência do Governo Regional	25.404.074	4,8%	31.815.809	6,2%
Vice-Presidência do Governo Regional	14.279.000	2,7%	17.268.278	3,3%
Sec. Reg. da Educação e Formação	69.408.345	13,0%	72.743.902	14,1%
Sec. Reg. da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	67.973.076	12,7%	60.610.396	11,7%
Sec. Reg. da Economia	134.343.651	25,2%	129.512.708	25,1%
Sec. Reg. do Trabalho e Solidariedade Social	91.922.430	17,2%	47.769.640	9,2%
Sec. Reg. da Saúde	13.731.157	2,6%	20.733.068	4,0%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	66.204.218	12,4%	75.210.578	14,6%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	50.619.398	9,5%	61.209.782	11,8%
Total	533.885.349	100%	516.874.161	100%



No âmbito das despesas de investimento, a Secretaria Regional da Economia é o departamento com o maior volume de despesa, atingindo uma dotação global de 129,5 milhões de euros, 25,1% do total da despesa.

A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, com uma dotação de 75,2 milhões de euros e a Secretaria Regional da Educação e Formação, com uma verba de 72,7 milhões de euros, são os departamentos regionais com valores igualmente significativos.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2010, estabelecendo-se a comparação com os correspondentes montantes aprovados para ano de 2009.



Estrutura da Despesa Global

	2009	%	2010	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	300.970.311	21,2%	309.155.510	21,8%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	300.970.311	21,2%	309.155.510	21,8%
2. Funções Sociais	640.605.961	45,2%	667.710.821	47,1%
2.01 Educação	264.737.771	18,7%	284.982.130	20,1%
2.02 Saúde	224.212.728	15,8%	235.279.080	16,6%
2.03 Segurança e Acção Social	20.353.231	1,4%	25.929.818	1,8%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	86.190.697	6,1%	71.846.799	5,1%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	45.111.534	3,2%	49.672.994	3,5%
3. Funções Económicas	391.959.268	27,6%	371.319.114	26,2%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	172.746.394	12,2%	179.663.088	12,7%
3.03 Transportes e Comunicações	109.216.615	7,7%	109.423.312	7,7%
3.05 Outras Funções Económicas	109.996.259	7,8%	82.232.714	5,8%
4. Outras Funções	84.347.867	5,9%	68.924.808	4,9%
4.01 Operações da Dívida Pública	11.350.000	0,8%	9.500.000	0,7%
4.03 Diversas não Especificadas	72.997.867	5,1%	59.424.808	4,2%
Total	1.417.883.407	100,0%	1.417.110.253	100,0%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional.

A análise a este quadro permite constatar que, embora sem alterações significativas entre as dotações de 2009 e de 2010, regista-se um aumento do peso das funções sociais. Efectivamente, as funções sociais atingem uma previsão global de 667,7 milhões de euros, mais 4,2% do que o correspondente valor do ano anterior, o que representa um peso de 47,1% no total da despesa pública prevista para o ano de 2010.

No âmbito destas funções destacam-se os sectores da Educação e da Saúde, com uma previsão orçamental de 285 e de 235,3 milhões de euros, respectivamente.



As funções económicas atingem um valor global de 371,3 milhões de euros, salientando-se as verbas afectas ao sector da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pescas, com uma dotação de 179,7 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global, não se contemplando o montante das operações extra-orçamentais.

Estrutura da Despesa Global

	2009	%	2010	Euros %
1. Funções Gerais de Soberania	134.295.324	11,9%	132.058.062	11,8%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	134.295.324	11,9%	132.058.062	11,8%
2. Funções Sociais	632.750.256	56,0%	654.782.608	58,3%
2.01 Educação	258.479.016	22,9%	277.308.739	24,7%
2.02 Saúde	224.212.718	19,8%	235.279.070	21,0%
2.03 Segurança e Acção Social	20.261.296	1,8%	22.125.016	2,0%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	86.085.692	7,6%	71.746.789	6,4%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	43.711.534	3,9%	48.322.994	4,3%
3. Funções Económicas	317.150.192	28,1%	308.882.798	27,5%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	123.327.001	10,9%	130.025.850	11,6%
3.03 Transportes e Comunicações	103.093.015	9,1%	103.841.512	9,2%
3.05 Outras Funções Económicas	90.730.176	8,0%	75.015.436	6,7%
4. Outras Funções	45.438.362	4,0%	27.070.203	2,4%
4.01 Operações da Dívida Pública	11.350.000	1,0%	9.500.000	0,8%
4.03 Diversas não Especificadas	34.088.362	3,0%	17.570.203	1,6%
Total	1.129.634.134	100%	1.122.793.671	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o das Operações Extra-Orçamentais.

Analisando o quadro anterior, no qual a despesa pública está expurgada do valor das operações extra-orçamentais, constata-se que as funções sociais continuam a deter o maior peso, agora representando 58,3% total da despesa.



As funções económicas apresentam uma dotação orçamental de 308,9 milhões de euros, o que representa um peso de 27,5% do respectivo total.

As funções gerais de soberania, com uma dotação prevista de 132,1 milhões de euros, detém um peso de 11,8%, registando uma quebra significativa, quando comparado com o total da despesa, incluindo as operações extra-orçamentais (21,8%).



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, por capítulos, despesas globais dos FSA, especificadas também segundo uma classificação orgânica, despesas globais dos FSA segundo uma classificação funcional e, ainda, as despesas globais dos FSA, especificadas segundo uma classificação económica.

Classificação Económica

O orçamento consolidado dos serviços e fundos autónomos, para 2010, segundo a sua classificação económica é o que de seguida se explicita.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	220.943.071	DESPESAS CORRENTES	220.791.078
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	71.677.307
Impostos indirectos	900.000	Segurança Social	9.692.934
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	7.629.018
Txs,multas e outras penalidades	8.743.297	Aq. de bens e serviços correntes	104.201.027
Rend. de propriedades	3.841	Juros e outros encargos	465.618
Transferências	181.379.798	Transferências Correntes	15.752.346
ORAA	155.801.675	ORAA	1.739.355
OE	2.865.721	Adm. Central	361.520
Entre Fundos	0	Adm. Local	20.000
Adm. Local	19.817	Entre Fundos	20.000
U.E	5.922.463	U.E	60.000
Outras	16.770.122	Outras	13.551.471
Venda de bens e serviços correntes	14.620.488	Subsídios	27.675.645
Outras receitas correntes	15.295.647	Outras despesas correntes	1.019.135
RECEITAS DE CAPITAL	11.716.103	DESPESAS DE CAPITAL	11.909.375
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	7.305.072
Transferências	11.341.023	Transferências de Capital	3.454.302
ORAA	7.933.551	ORAA	0
OE	0	Adm. Central	0
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
Adm. Local	0	Adm. Local	20.000
U.E	2.546.154	U.E	0
Outras	861.318	Outras	3.434.302
Activos financeiros	375.000	Activos financeiros	1.150.001
Passivos financeiros	0	Passivos financeiros	0
Outras receitas de capital	80	Outras despesas de capital	0
Recursos próprios comunitários	0		
SUB-TOTAL	232.659.174	SUB-TOTAL	232.700.453
Reposições	31.179	Operações extra-orçamentais	6.202.623
Saldo da gerência anterior	10.100		
Na posse do serviço	5.100		
Na posse do Tesouro	5.000		
Operações extra-orçamentais	6.202.623		
TOTAL	238.903.076	TOTAL	238.903.076

O orçamento consolidado dos fundos e serviços autónomos para o ano de 2010, atinge uma previsão global de 238,9 milhões de euros.



No que concerne à receita, 220,9 milhões de euros (92,5%) dizem respeito às receitas correntes, 11,7 milhões de euros (4,9%) a receitas de capital, sendo que, os restantes 6,2 milhões de euros (2,6%) referem-se a reposições, saldo da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

No cômputo das receitas correntes, destacam-se as transferências, as quais, com 181,4 milhões de euros, representam 82,1% do total da receita corrente. De realçar que 155,8 milhões de euros, do total das transferências (85,9%), têm origem no orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA).

Prevê-se que os fundos e serviços autónomos arrecadem 11,7 milhões de euros de receita de capital, sendo que, 11,3 milhões de euros (96,8%) dizem respeito a transferências, destacando-se nestas as provenientes do ORAA, com 7,9 milhões de euros, ou seja, 70,0% do total das transferências.

Estima-se que a despesa dos fundos e serviços autónomos atinja os 238,9 milhões de euros, desagregados por 220,8 milhões de euros para as despesas correntes (92,4%), por 11,9 milhões de euros para as despesas de capital (5,0%) e por 6,2 milhões de euros de operações extra-orçamentais (2,6%).

No total das despesas correntes destacam-se as aquisições de bens e serviços correntes e as despesas com pessoal, que representam 47,2%, e 32,5% respectivamente, do total das despesas correntes, correspondendo, no seu conjunto, a 175,9 milhões de euros.



Para as despesas de capital, estão orçamentados 11,9 milhões de euros, dos quais 7,3 milhões de euros dizem respeito a aquisição de bens de capital (61,3%) e 3,5 milhões de euros (29,0%) a transferências de capital.

Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que abaixo se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	350.000	0,15%
Vice-Presidência do Governo Regional	4.105.050	1,72%
Secretaria Regional da Educação e Formação	31.731.946	13,28%
Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos	15.823.181	6,62%
Secretaria Regional da Economia	24.666.238	10,32%
Secretaria Regional do Trabalho e Solidariedade Social	20.620.477	8,63%
Secretaria Regional da Saúde	125.796.178	52,66%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	15.400.006	6,45%
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	410.000	0,17%
Total	238.903.076	100,00%

O departamento governamental que assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA é a Secretaria Regional da Saúde, com 125,8 milhões de euros (52,7%). Dos FSA dependentes desta Secretaria destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento:

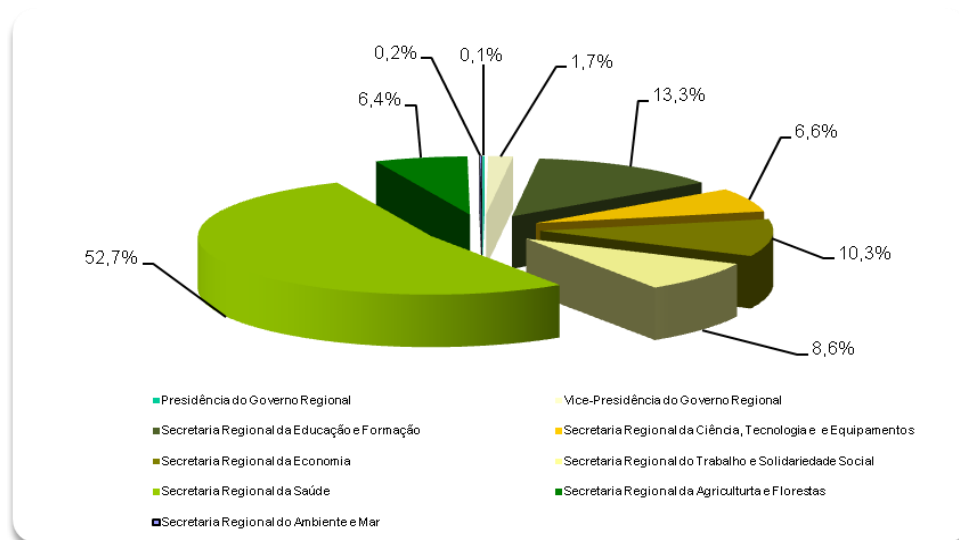
- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 25,4%
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo – 11,4%
- Centro de Saúde da Ribeira Grande – 10,7%
- Unidade de Saúde da Ilha do Pico – 10,2%



O valor orçamento para os FSA integrados no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Formação, apresenta uma dotação de 31,7 milhões de euros, cerca de 13,3% do valor total orçamentado para os FSA. Neste sector, destacam-se a Escola Profissional das Capelas e o Fundo Escolar da EBI de Angra do Heroísmo, com 4,7 milhões de euros (14,8%) e 2,1 milhões de euros (6,6%) respectivamente, do valor orçamentado para este departamento.

Salientam-se, ainda, as verbas compreendidas no âmbito da Secretaria Regional da Economia, as quais, com 24,7 milhões de euros representam 10,3% do total orçamentado, estando as mesmas integralmente afectas ao Fundo Regional de Coesão.

Graficamente esta desagregação, é a que abaixo se apresentada.





Classificação Funcional

As despesas globais dos FSA, segundo a sua classificação funcional, são as especificadas no quadro seguinte.

Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	10.608.631	4,4%
Funções Sociais	159.265.901	66,7%
Funções Económicas	49.795.844	20,8%
Outras Funções	19.232.700	8,1%
TOTAL	238.903.076	100,00%

As despesas afectas às funções sociais são as que mais se destacam, com 159,3 milhões de euros (66,7%) do total da despesa, seguindo-se as funções económicas com 49,8 milhões de euros (20,8%), as outras funções com 19,2 milhões de euros (8,1%) e por último, as funções gerais de soberania com 10,6 milhões de euros (4,4%).

O total afecto a cada uma das funções de carácter social, é a seguinte:

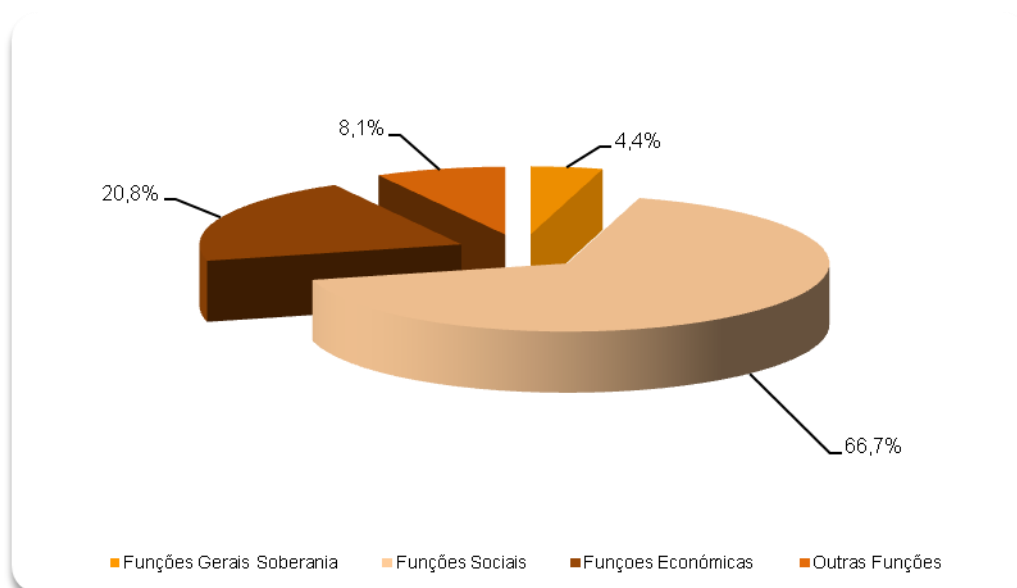
- Educação – 25,9 milhões de euros;
- Saúde – 125,8 milhões de euros;
- Segurança e Acções Sociais – 6,1 milhões de euros; e
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1,5 milhões de euros.

Os 49,8 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam-se do seguinte modo:



- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 15,8 milhões de euros;
- Outras Funções Económicas – 24,7 milhões de euros; e
- Transportes e Comunicações – 9,3 milhões de euros.

O Gráfico seguinte mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

Para o ano de 2010, o valor do orçamento consolidado do Sector Público Administrativo, é de 1.502,3 milhões de euros onde se incluíram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, conforme quadro a seguir apresentado.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	754,4
Receitas Fiscais	518,9
Outras receitas correntes	235,4
Receitas de Capital	444,9
Outras Receitas	2,5
Operações extra-orçamentais	300,5
TOTAL DA RECEITA	1.502,3
Despesas Correntes	893,6
Despesas com Pessoal	395,1
Outras	498,5
Despesas de Capital	308,2
Operações extra-orçamentais	300,5
TOTAL DA DESPESA	1.502,3

Prevê-se que as receitas correntes atinjam os 754,4 milhões de euros (50,2% do total da receita), estimando-se que 518,9 milhões de euros digam respeito a receitas fiscais e os restantes 235,4 milhões de euros a outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, prevê-se que estas permitam uma arrecadação de 444,9 milhões de euros.



Relativamente à despesa, dos 893,6 milhões de euros orçamentados para as despesas correntes, 395,1 milhões de euros (44,2%) dizem respeito a despesas com pessoal.

As despesas de capital estão orçamentadas em 308,2 milhões de euros.

Tal como na receita, as operações extra-orçamentais estão orçamentadas em 300,5 milhões de euros, 20,0% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A - Dívida Directa

O stock da dívida pública directa, a 31 de Dezembro de 2008 era de 274.613.674,00€, menos 250.000€, do que o existente no final do ano anterior, em consequência de uma operação de refinanciamento, que ocorreu durante o referido ano.

No final de 2008, a totalidade da dívida pública directa da Região encontrava-se totalmente expressa em euros, sem qualquer risco cambial à mesma associada.

Evolução da Dívida Pública

A Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro – Lei que aprovou o Orçamento de Estado para 2009, estabeleceu no n.º 1 do artigo 151.º a impossibilidade da Região Autónoma dos Açores aumentar o seu endividamento líquido, excepcionando no seu n.º 2, à semelhança dos anos anteriores, as situações decorrentes do financiamento de projectos com participação de fundos comunitários.

Efectivamente, ao abrigo excepção mencionada no número anterior, e por despacho do Ministro de Estado e das Finanças, de 20 de Maio de 2009, foi a Região autorizada a contrair um empréstimo no montante de 50 milhões de euros.



Após consulta a diferentes instituições foi adjudicado ao consórcio Banco Português de Investimento e Banca Infrastrutture Innovazione e Sviluppo, o referido financiamento de 50 milhões de euros, com uma maturidade de 3 anos.

No final do corrente ano, o stock da dívida pública directa da Região deverá fixar-se nos 324,6 milhões de euros.

Serviço da Dívida Pública

Os juros da dívida pública pagos até ao final do 3.º trimestre totalizaram 9,3 milhões de euros, estimando-se que, no final do corrente ano, o valor executado se situe próximo da respectiva dotação.

B - Avals

A responsabilidade da Região com avals atingiu os 397,3 milhões de euros, em 31 de Dezembro de 2008, conforme o quadro abaixo apresentado, o qual inclui, igualmente, as responsabilidades da Região, em 31 de Dezembro de 2007.



(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	RESPONSABILIDADE 31/12/2007	RESPONSABILIDADE 31/12/2008
1/88	K.F.W.	E.D.A.	341.031,74	0,00
2/89	K.F.W.	E.D.A.	683.085,92	341.542,94
2/92	K.F.W.	E.D.A.	1.638.179,21	1.365.149,35
3/93	B.E.I.	E.D.A.	1.342.818,61	1.158.922,27
4/93	B.E.I.	E.D.A.	1.766.283,00	403.571,15
1/98	CGD	SATA	1.346.754,32	0,00
1/01	B.E.I.	E.D.A.	27.000.000,00	24.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	20.000.000,00	18.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	22.727.270,00	13.636.360,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
1/04	DEPFA ACS Bank	SPRHI, S.A	2.345.000,00	0,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
5/04	Déxia Credit local	APTO,S.A.	1.700.000,00	0,00
6/04	DBI	SOGEO	10.000.000,00	0,00
1/05	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG,SA	5.500.000,00	5.041.666,66
1/08	Déxia Credit local	SPRHI, S.A	0,00	11.400.000,00
TOTAL			418.390.422,80	397.347.212,37

A análise a este quadro permite constatar a significativa redução das responsabilidades da Região, entre 2007 e 2008, em cerca de 21 milhões de euros, confirmando as perspectivas já anteriormente definidas pelo Governo Regional.

O Decreto Legislativo Regional n.º 6/2009/A, de 7 de Maio, que aprovou o Orçamento da Região para 2009, estabeleceu no seu artigo n.º 13, o montante máximo de avales a conceder, em 40 milhões de euros.

No decorrer do presente ano, foram concedidos quatro avales, com a seguinte discriminação:



- Aval 01/09 – SPRHI, S.A. – 9,0 milhões de euros
- Aval 02/09 – HDESPD, E.P.E. – 5,6 milhões de euros
- Aval 03/09 – HSEAH, E.P.E. – 3,5 milhões de euros
- Aval 04/09 – Hospital da Horta, E.P.E. – 1,4 milhões de euros.

Assim, o total de avales concedidos em 2009 (19,5 milhões de euros), equivale a uma utilização de apenas 48,8% do valor máximo aprovado para o corrente ano.

Estima-se que a responsabilidade por avales concedidos no final do corrente ano se situe nos 396,9 milhões de euros, verificando-se, uma vez mais, uma redução relativamente ao valor registado no final de 2008, confirmando efectivamente a tendência descendente das responsabilidades da Região.

Varição das responsabilidades com avales em 2008/2009

	(Euros)
Responsabilidades a 31/12/2008	397.347.212,37
Avales concedidos em 2009	19.500.000,00
Amortizações em 2009	19.936.823,19
Responsabilidades a 31/12/2009	396.910.389,18
Δ 2008/2009	-436.823,19

Para o ano de 2010, as amortizações previstas atingem montante de 15,5 milhões de euros, em empréstimos anteriormente avalizados pela Região, desagregados da forma que de seguida se explicita.



(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	AMORTIZAÇÃO
2/92	K.F.W.	E.D.A.	273.029,86
3/93	B.E.I.	E.D.A.	213.920,23
4/93	B.E.I.	E.D.A.	134.231,82
1/01	B.E.I.	E.D.A.	3.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	2.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	4.545.450,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	4.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG,SA	458.333,34
1/09	Déxia Sabadell	SPRHI, S.A	900.000,00
TOTAL			15.524.965,25

Para o ano de 2010, o limite máximo de avales a conceder é de 45 milhões de euros.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Sector Público Empresarial Regional (SPER), incorporava a 31 de Dezembro de 2008, um conjunto de 41 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Três Grupos empresariais:

- Grupo EDA com 9 empresas;
- Grupo SATA com 6 empresas;
- Grupo Portos dos Açores (PA), com 5 empresas;

- Catorze empresas com participação directa, com actividade e objectivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:

- SPRHI, SA, na área de habitação e infra-estruturas;
- LOTAÇOR, SA, nas Pescas;
- SAÚDAÇOR, SA, no sector da Saúde;
- Teatro Micaelense, SA, na área de espectáculos e congressos;
- SPRAçores, SA, na área do Ambiente;
- Ilhas de Valor, SA, vocacionada para promover a coesão das ilhas do arquipélago;
- APIA, EPE, para captação de investimento externo;
- Empresa de Transportes Colectivos de Santa Maria, LDA, que assegura o transporte público terrestre nessa ilha;



- Hospital da Horta, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
 - Hospital do Divino Espírito Santo, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
 - Hospital de Santo Espírito, EPE, na área da Saúde, cuja finalidade é a obtenção de ganhos acrescidos em saúde;
 - IROA, S.A, na área da Agricultura cujo objectivo é o de reforço da qualidade e redução dos custos de produção das explorações agrícolas.
 - Transmaçor, S.A.
 - Associação Portas do Mar, S.A.
- Seis entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:
- AAFTH – Hotel S. Pedro, como escola de hotelaria;
 - INOVA;
 - ARENA;
 - ENTA;
 - Associação de Turismo dos Açores;
 - Pousadas da Juventude;
 - Observatório Regional do Turismo.

No corrente ano, foi adquirida a sociedade SANTA CATARINA, INDÚSTRIA CONSERVEIRA, S.A., através da LOTAÇOR, SA e foi criada a sociedade POUSADA DA JUVENTUDE DA CALDEIRA DO SANTO CRISTO, S.A., através da associação da Ilhas de Valor, SA e do Santuário da Caldeira do



Santo Cristo, pelo que as actuais participações da Região superiores ou iguais a 10%, explicitadas em percentagem do capital social detido, directa e indirectamente, pela Região, sem considerar as participações indirectas de segundo grau, é a explicitada no quadro seguinte.



ENTIDADES SOCIETÁRIAS														
PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE													
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	LOTAÇOR, S.A.	ATLÂNTICOLINE, S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.	APSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.	EDA, S.A.	PA, SGPS	INOVA	A AFTH	ASS. TURISMO AÇORES
SATA, SGPS, S.A.	100,00													
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A.		100,00												
SATA INTERNA CONAL - SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.			100,00											
SATA AERODROMOS			100,00											
SATA EXP - INC. CAN			100,00											
SATA EXP - INC. USA			100,00											
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES S.A.	50,00													
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, S.A.	100,00													
PRONTA AÇORES, S.A.				49,00										
ESPADA PESCAS UNIPessoal, S.A.				100,00										
SANTA CATARINA, INDÚSTRIA CONSERVEIRA, S.A.				99,80										
PA - PORTOS DOS AÇORES - SGPS, S.A.	100,00										100,00			
APSM - AD. PORTOS DAS ILHAS DE S. MIGUEL E S. MARIA, S.A.														
OPERPDL, S.A.							20,00							
ASSOCIAÇÃO PORTAS DO MAR, S.A.							29,00						7,00	7,00
APTG - AD. PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.	29,00										100,00			
OPERTERCEIRA, S.A.								20,00						
AGESPI, S.A.								25,00						
APTO - AD. PORTOS DO TRIÂNGULO E DO GRUPO OCCIDENTAL, S.A.											100,00			
NAVAL CANAL, LDª.									5,100					



ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS														
PARTICIPAÇÕES NO SPE														
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	LOTAÇOR, S.A.	ATLÂNTICOLINE, S.A.	ILHAS DE VALOR, S.A.	AFSM, S.A.	APTG, S.A.	APTO, S.A.	EDA, SA	PA, SGPS	INOVA	AAFTH	ASS. TURISMO AÇORES
PARTICIPAÇÕES DA RAA														
ARENA-AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA RAA ASS.	100,00													
AAFTH-ASS. AÇFORM. TURÍSTICA E HOTELEIRA, ASS.	50,00		25,00											
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES	38,50		30,80											
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES	22,00									2,00		70,00		
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLÓGIA DOS AÇORES	65,59									0,77				
OBSERVATÓRIO REGIONAL DO TURISMO	55,60													22,2
FEJC- FUNDAÇÃO ENG. JOSE CORDERO										33,68				